



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA

www.cunha.sp.gov.br

DECRETO Nº 13/2026

Pg. 1 de 2

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA EXUMAÇÃO E CREMAÇÃO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA/SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 30, incisos I e II da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de gestão eficiente dos espaços cemiteriais;

CONSIDERANDO as normas sanitárias e ambientais vigentes;

CONSIDERANDO o interesse público na adequada destinação de restos mortais humanos;

Decreta:

Art. 1º. Fica regulamentada, no âmbito do Município de Cunha/SP, a exumação e a cremação de restos mortais humanos provenientes de sepultamentos realizados em cemitérios públicos e privados.

Art. 2º. A exumação somente poderá ocorrer após o decurso do prazo mínimo legal de sepultamento, conforme legislação sanitária vigente.

Art. 3º. A cremação de restos mortais humanos dependerá do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- I – Autorização expressa de familiar legalmente responsável, quando identificado;
- II – Inexistência de impedimento legal ou judicial;
- III – Cumprimento das normas sanitárias aplicáveis;
- IV – Realização em estabelecimento devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

Art. 4º. Na ausência de manifestação familiar no prazo de até 90 (noventa) dias após a exumação, os restos mortais poderão ser destinados à cremação, mediante procedimento administrativo regular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA

www.cunha.sp.gov.br

DECRETO Nº 13/2026

Pg. 2 de 2

Art. 5º. Compete ao Município:

- I – Proceder à notificação prévia de familiares, quando possível;
- II – Manter registro detalhado dos restos mortais submetidos à cremação;
- III – Garantir a rastreabilidade e identificação dos restos mortais.

Art. 6º. As cinzas resultantes da cremação terão a seguinte destinação:

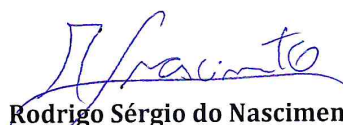
- I – Entrega aos familiares;
- II – Deposição em ossuário ou memorial coletivo;
- III – Destinação ambientalmente adequada, conforme regulamentação específica.

Art. 7º. A execução e fiscalização deste Decreto competirão à Secretaria Municipal de Saúde e/ou Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 8º. Este Decreto poderá ser regulamentado por ato complementar.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cunha em 10 de abril de 2026.


Rodrigo Sérgio do Nascimento
Prefeito

Registrado e publicado por Editais, na data supra.


Idmauro Telles de Siqueira Neto
Diretor Administrativo